

**COMISSÃO DE CULTURA**  
**REQUERIMENTO Nº           , DE 2021**  
**(Da Sra. Alice Portugal)**

***Requer a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação, de Cultura e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os riscos da privatização da Empresa Brasil de Comunicações – EBC.***

Senhora Presidenta,

A Empresa Brasil de Comunicações - EBC mantém duas emissoras de TV, sete rádios e duas agências, além de um portal na internet. Ela cumpre um mandato constitucional previsto no artigo 223 de nossa Constituição, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal.

A despeito da previsão constitucional e da grande relevância dos serviços prestados pela ECB, o governo federal incluiu a empresa no Programa Nacional de Desestatização - PND, com possibilidade de privatização ou até mesmo extinção. O Poder Executivo também sinalizou que fará isso sem passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Segundo o artigo 223 da Constituição Federal, “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. Portanto, a Constituição estabelece que o Brasil deve ter televisões e rádios privadas, estatais (como a TV Câmara e a TV Senado) e públicas – é o chamado sistema complementar de radiodifusão.

A rede pública traz mais diversidade e pluralidade porque não precisa se adequar a anunciantes e tem compromisso com a promoção da cidadania e da valorização da diversidade (cultural, regional, racial, etc).

A criação da EBC foi incentivada pelo Fórum Nacional de TVs Públicas, cuja organização contou com emissoras legislativas, universitárias, educativas e comunitárias.

A EBC não é invenção de um partido, mas da sociedade brasileira, de olho nas boas práticas internacionais, como a BBC, do Reino Unido, a NHK, do Japão, a alemã ZDF e a PBS, dos Estados Unidos.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), defendeu que a empresa cumpre a Constituição e que a comunicação pública está presente nas principais democracias do mundo.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, já decidiu de forma favorável à empresa para garantir autonomia em relação ao governo. A ONU e a OEA também já se manifestaram em defesa da EBC.

A última declaração foi do relator para Liberdade de Expressão da OEA, Edison Lanza, que esteve no Brasil em novembro e afirmou que extinguir ou transformar a empresa em um órgão de propaganda do governo “está fora dos padrões internacionais”.

Além disso, foram mais de 120 prêmios conquistados pela EBC em apenas 11 anos de existência, incluindo 10 Prêmios Vladimir Herzog, três prêmios do SEBRAE, Troféu Mulher Imprensa, Prêmio Banco do Nordeste e outros. A gestão da empresa também foi reconhecida no 1º ciclo de avaliação do IG-SEST (índice de governança) do Ministério do Planejamento, em 2018, quando obteve a melhor pontuação dentre as empresas dependentes do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que a EBC não é só a TV BRASIL. Existem veículos de áudio, texto e imagem, cada um com seus valores estratégicos. De janeiro a junho de 2018, os portais da EBC somaram 25,3 milhões de visualizações de páginas únicas.

A Agência Brasil cobre os principais acontecimentos do país e fornece notícias sobre as decisões diárias dos três Poderes. Milhares de grandes e pequenos veículos de comunicação utilizam de graça suas fotos e textos. No primeiro semestre deste ano, a Agência teve 16,2 milhões de visualizações de páginas.

A Radioagência Nacional reúne o conteúdo produzido pelas rádios da EBC para uso gratuito. São, em média, mil matérias por mês em áudios gravados e acessados por mais de 7.500 cadastros de representantes de emissoras de rádio privadas, públicas e comunitárias de todas as regiões do Brasil, segundo dados de outubro deste ano.

As rádios da EBC são históricas. A Rádio MEC AM foi a primeira emissora do Brasil e hoje possui um dos mais importantes acervos do rádio brasileiro. São quase 50 mil fitas de gravações e programas. Já a Rádio MEC FM, mais recente (1983), dedica quase a totalidade de sua grade de

programação à música de concerto, com janelas de jazz, choro e música instrumental.

A Rádio Nacional AM – Rio de Janeiro foi inaugurada em 1936 e chegou a ser a principal emissora da América Latina. Foi responsável por difundir cultura e informação – e futebol – para todo o Brasil. Também criou e popularizou radionovelas, programas de auditório e o Repórter Esso.

A primeira emissora de rádio de Brasília foi a Rádio Nacional AM, fundada em 1958 para apoiar a construção da capital brasileira. Desde 1989 é também a geradora da Voz do Brasil e das Redes Obrigatórias de Rádio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já a Nacional FM tem grande importância para a promoção da cultura local. Desde 2009 realiza o Festival de Música da Rádio Nacional FM, que nos seus 10 anos de existência já recebeu mais de 2 mil inscrições.

Apelidada carinhosamente de “orelhão da Amazônia”, a Rádio Nacional da Amazônia divulga recados enviados pelos ouvintes a familiares e amigos. Ela cobre mais da metade do território nacional – os ouvintes potenciais chegam a 60 milhões de pessoas.

A Rádio Nacional do Alto Solimões é uma das mais estratégicas para o Brasil. Criada em 2006, é a única rádio de Tabatinga, município da tríplice fronteira entre o nosso país, Colômbia e Peru.

Já a TV Brasil é a 11ª emissora mais vista do país, de acordo com medição do Ibope de outubro. É também a com maior tempo voltado à programação infantil e que mais exibe filmes nacionais. Também possui conteúdo exclusivo para pessoas com deficiência, como o Programa Especial e o Repórter Visual - apresentado em libras. A emissora tem ainda um dos programas mais premiados da casa, Caminhos da Reportagem, e faixa especial voltada à diversidade religiosa, com transmissão de missa católica e culto evangélico, por exemplo.

Da parte dos serviços prestados pela EBC, temos a TV NBR e Voz do Brasil, canais oficiais do governo federal para divulgar ações e políticas públicas do Executivo federal. A NBR é responsável pela cobertura da agenda da Presidência da República, assim como lançamentos de programas e pronunciamentos de ministros. As cinco maiores TVs comerciais do país utilizam seu material gratuitamente.

Já a Voz do Brasil está no ar há mais de 70 anos, e tem a maior audiência do rádio brasileiro, com 60 milhões de ouvintes/dia.

Em uma articulação nacional, a Rede de Comunicação Pública leva o conteúdo da TV Brasil a todas as regiões do país por meio de parcerias. Ela

é coberta por 661 emissoras, das quais 36 são geradoras parceiras - possuem programação própria, mas utilizam (grande) parte da EBC.

Por sua importância para a educação, a cultura, a informação e por seu vasto alcance em todo o território nacional, não se justifica nosso país abrir mão da EBC e privatizá-la ou simplesmente fechá-la como tem sido aventado pelo atual governo.

A Câmara dos Deputados precisa entrar nesse debate e assegurar a defesa da EBC. Por esta razão, nos termos do art. 24, inciso VII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Educação, de Cultura e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir os riscos da privatização e/ou extinção da Empresa Brasil de Comunicações – EBC.

Requeiro ainda que sejam convidados para participar desta audiência pública conjunta as seguintes autoridades:

1- Sr. Glen Lopes Valente, presidente da Empresa Brasil de Comunicações;

2- Deputado Fábio Faria, ministro das Comunicações;

3- Jornalista Teresa Cruvinel, ex-presidente da Empresa Brasil de Comunicações;

4- Jornalista Franklin Martins, ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

**Alice Portugal**

**Deputada Federal**

